

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2009. (do Sr. RAUL JUNGSMANN)

Requer seja convidado o Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Gestão, Paulo Bernardo, para em reunião de Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre os cortes no Orçamento de 2009, na área da Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 219, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, seja convidado o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Gestão, Paulo Bernardo, para em reunião de Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre os cortes no Orçamento de 2009, na área da Segurança Pública.

JUSTIFICATIVA

Os cortes anunciados pelo governo no Orçamento de 2009, em função da crise econômica mundial afetaram tanto os gastos com investimento quanto as despesas de custeio. No âmbito da Defesa, o orçamento deverá sofrer uma brutal redução, de R\$ 9,6 bilhões para R\$ 6,8 bilhões, segundo afirmou recentemente o Ministro da área, Nelson Jobim.

O Ministro afirmou nesta terça-feira (31/03), que pelo menos metade dos recrutas das Forças Armadas do país não serão incorporados este ano, por conta da redução da verba que seu ministério terá, salientando que embora ainda não esteja definido um percentual para o corte no orçamento da Defesa, mas acredita que o contingenciamento nas Forças Armadas deverá ficar em torno de 30 por cento.

Diversas matérias veiculadas hoje nos principais meios de comunicação do país dão conta do tamanho do corte orçamentário da pasta da Defesa, que poderá chegar a R\$ 2,7 bilhões. Por conta disso, projetos como modernização da frota de aeronaves e de Submarinos, que recebem financiamentos internacionais deverão ser profundamente afetados.

Mas, de acordo com a avaliação do próprio ministro da área, Nelson Jobim, em entrevista aos jornais de ontem (31/03), a consequência mais grave seria a redução do número de recrutas e a não incorporação destes às Forças, quando afirma que “tínhamos 80 mil e teremos de cortar para 40 mil”.

Não bastassem os recorrentes problemas de sucateamento da infra-estrutura operacional das Forças Armadas em nosso país, o corte anunciado pelo Executivo, atingirá ainda de modo mais perverso, o setor que, de fato, é o sustentáculo maior de nossas defesas, que é o pessoal.

Por outro lado, o governo tem anunciado cotidianamente, que tudo fará para minimizar os efeitos da crise na vida das pessoas, para impedir o desemprego, discurso que absolutamente não condiz, caso o corte indicado seja efetivado, haja vista a drástica redução que causará a medida nos órgãos da Defesa, gerando um desemprego direto de cerca de 50 por cento de mão-de-obra.

Assim sendo, requeiro aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento, tendo em vista a gravidade da medida.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2009.

Deputado RAUL JUNGMAN
(PPS/PE)